



A inscrição da língua no discurso

Aloísio Dantas*

Introdução

Debateremos, neste ensaio, o modo como diferentes planos da linguagem - o código, a enunciação e o discurso - podem se encontrar ou se defrontar numa reflexão lingüística. Defendemos as hipóteses: código e discurso não existem separados, o discurso constitui e legitima o código e não o contrário. Para provar essa hipótese, convocaremos os conceitos de metalinguagem natural, heterogeneidade mostrada e formação imaginária.

1- A METALINGUAGEM NATURAL

A metalinguagem natural não é construída, é uma obra coletiva de várias gerações. Ao lado da competência lingüística, existe a competência metalingüística: “a faculdade de falar uma língua implica a de falar sobre essa língua. Há dois signos que produzem a metalinguagem natural: o **signo autonímico**, através do qual se transforma em nome qualquer parte do discurso e se transforma em signo tudo o que não é signo, ex.: o *izar* de “canalizar” é com *z*; e os **signos neutros**, que se integram indiferentemente a um e a outro, como *ele, que*, que são signos de alta freqüência e com conteúdo pobre, fatos que os tornam indiferentes aos domínios semânticos nos quais funcionam” (NASCIMENTO, s/r). Há duas propriedades da metalinguagem: a onipotência, capacidade que a língua tem de falar de qualquer outro sistema, e a reflexibilidade, capacidade que a língua natural tem de falar de si própria. Esta segunda propriedade é o que constitui a metalinguagem natural, o que nos permite afirmar que *o sentido é apreendido no interior da língua, sem fugir do*

* Professor de Lingüística da UFPB – Campus II

campo da lingüística, eliminando a necessidade de se estabelecer um vínculo entre língua e mundo, substituindo-o pela relação língua-objeto/metalinguagem; o sentido decorre da propriedade reflexiva das línguas naturais, o sentido é a interpretação de um signo por outro signo, que por sua vez será traduzido por outro signo e assim sucessivamente (teoria do interpretante de Peirce). A metalinguagem natural ou competência metalingüística é parte integrante de nossas atividades lingüísticas habituais, seja na aquisição da língua materna, ou de qualquer língua, seja para o funcionamento normal do discurso; é ela que faz de um discurso um novo discurso: todo discurso e todo o discurso é um novo interpretante (NASCIMENTO, 1990).

2- HETEROGENEIDADE MOSTRADA

A heterogeneidade mostrada é uma forma de recorrência ao Outro, que o inscreve no discurso através de formas como discurso relatado, aspas, formas de retoque ou glosa, ironia. Há dois tipos: os implícitos (ironia) e os explícitos, que especificam os parâmetros e pontos de vista a partir dos quais um discurso põe explicitamente uma alteridade em relação a si próprio. Estes últimos são “exteriores”, percebidos na cadeia discursiva como referentes da enunciação, que podem ser: uma outra língua, um outro registro discursivo, um outro discurso, uma outra modalidade de consideração do sentido, uma outra palavra ou um outro, o interlocutor. A heterogeneidade mostrada, ao mesmo tempo em que remete a um exterior explicitamente especificado ou dado a especificar, realiza uma operação de identidade para o discurso. Desse modo, essa representação da enunciação materializa de dois modos o discurso: “*dando corpo ao discurso* - pela forma, pelo contorno, pelas bordas, pelos limites que elas traçam - e *dando forma ao sujeito enunciador* - pela posição e atividade metalingüística que encenam” (AUTHIER-REVUZ, 1990).

3- FORMAÇÃO IMAGINÁRIA

Quando observamos discursos que representam interações,

percebemos que os interlocutores não são “a presença física de organismos humanos individuais”, mas “designam lugares determinados na estrutura de uma formação social” e que o que eles falam constitui um “efeito de sentido” (discurso). Partindo desses pressupostos, Pêcheux afirma que “esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo” e sofrem transformação no interior desses processos: “o que funciona nos processos discursivos é uma série de *formações imaginárias* que designam o lugar que os interlocutores A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). As diversas formações imaginárias são provenientes de outras condições de produção que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento a tomadas de posição implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco” (GADET et HAK, 1990).

4- ARTICULAÇÃO DOS CONCEITOS

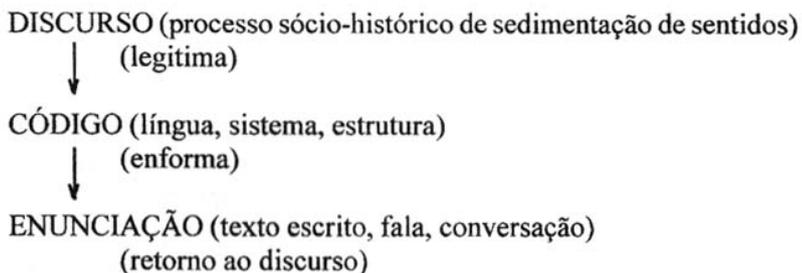
Trabalhando com os conceitos nos tópicos anteriormente descritos, descobrimos que esse fenômeno heteróclito - a linguagem - constitui-se de três planos, que provisoriamente chamaremos de:

código: em que aparecem todos os fenômenos diretamente relacionados com o sistema lingüístico, neste ensaio, enfocamos a metalinguagem natural;

enunciação: em que aparecem todos os fenômenos relacionados com o texto, já em sua produção, já em seus resultados, enfocamos a heterogeneidade mostrada;

discurso: em que aparecem todos os fenômenos relacionados com a produção sócio-histórica da linguagem, enfocamos a formação imaginária.

Antes de discutirmos a relação entre os conceitos, é necessário que esclareçamos o nosso ponto de vista sobre a oposição língua-fala, que pressupõe essa nossa reflexão. Defendemos que a partição do fenômeno da linguagem não é dicotômica, mas trinômica:



Em outros termos, um discurso determinado, de uma certa época, legítima e autoriza o uso de uma certa variedade lingüística, instituindo-a como o sistema lingüístico, o código comum de uso dos falantes, que terá uma forma de unidade (efeito de sentidos) através das diferentes enunciações (escrita, conversação, falas, etc.), sedimentando-se pela produção artificial de gramáticas, manuais de ensino e teorias da linguagem, o que já constitui um retorno ao discurso.

Isto posto, passemos à relação entre os conceitos. Do conceito de *metalinguagem natural*, interessa-nos o princípio de que “o sentido pode ser apreendido no interior da própria língua”, ou seja, o sentido é a capacidade que a língua tem de refletir a si mesma. É como se a língua fosse uma engrenagem que tivesse um funcionamento alheio a quem a utiliza. Entretanto, não é na língua em si que encontramos o sentido, mas no uso das formas da língua, que delimitam a materialidade do texto (escrito ou falado) e dão forma ao sujeito enunciador, o que Maingueneau denomina de Cena Enunciativa e Ethos Discursivo. O sentido, ou o efeito de sentido, aparece mais claramente no fenômeno denominado por Authier-Revuz de *heterogeneidade mostrada*. Por sua vez, é o conceito de formação imaginária que nos esclarece como o sentido será autorizado, ou legitimado; ou seja, é o ponto de vista, a imagem, que os diferentes interlocutores têm da língua que faz com que ela seja aceita como código comum para servir de base ao evento de enunciação.

Em outros termos, apenas no momento em que os interlocutores produzem uma imagem da língua de uso comum é que a enunciação pode incluir o outro em seu texto (heterogeneidade mostrada) e os enunciadores podem, naturalmente, deixar que a língua reflita a própria língua, através de correções, definições e denominações (metalinguagem natural).

5- O CÓDIGO NO DISCURSO

Esse jogo entre língua, enunciação e discurso deixa traços ou marcas no que se consolidou como texto, que serão objeto de análise nos dois últimos tópicos deste ensaio. Inicialmente, analisaremos uma carta de Epitácio Pessoa para João Pessoa, em 26 de novembro de 1928. Nesta carta, o então senador da República faz pedidos ao então presidente da Paraíba (governador desse Estado). Em seu texto, aparece o código no discurso como enunciação; por outras palavras, o código está inscrito no discurso, não como parâmetro ou modelo a ser seguido, mas através da heterogeneidade mostrada, que é o modo que o sujeito encontra para dizer de que língua fala e de que recursos se serve para representar, como formações imaginárias, os outros de sua fala.

Esses recursos são bem distribuídos e mostram que o sujeito, consciente ou inconscientemente, sabia quais os efeitos de sentido que ele poderia tirar da língua (código) que usava. É sintomático, portanto, que ele abra a carta com uma dêixis remissiva (“*Aqui vai mais uma série de pedidos...*”) e conclua-a com um verbo, que também aparece com características dêiticas (“*E basta.*”). Ou seja, o sujeito utiliza um recurso do código (a dêixis) para inscrever a língua no discurso (o advérbio e o verbo perdem suas características gramaticais de sistema e ganham dimensões discursivas).

Discursivizando o código, o sujeito pode se servir da heterogeneidade mostrada (das vozes de outrem) para descrever, enunciativamente, o funcionamento da língua enquanto discursos. Ele traz a alteridade para o seu discurso, através das estratégias abaixo relacionadas:

- a) **auto-legitimação autoritária:** “...*eu transmito para ter o direito de responder isto mesmo aos interessados...*”
- b) **discurso relatado de conteúdo:** “*Irineu Alves de Oliveira, juiz de Pombal, pede a reintegração do filho...*”
- c) **discurso indireto:** “...*a reintegração do filho - Milton de Alencar Oliveira- que diz exonerado por Suassuna sem motivo...*”
- d) **discurso representativo:** *João Gonçalves Sobrinho, em nome da população de Boa Vista, de Cabaceiras, pede a construção de um açude.*”
- e) **incisa de comentário:** “*Meira de Meneses, expondo longamente os seus serviços, pede continuar à frente da Estatística.*”

- f) **modalização discursiva:** “*José Ramalho de Lima quer ser promotor de Alagoa Grande...*”

6- A LEGITIMAÇÃO DO CÓDIGO

Neste tópico, analisaremos o texto introdutório do **Folheto XIV: A morte de João Pessoa e a revolução de 30**, que se encontra em ALVES (1984). Será discutida a hipótese central desse trabalho: o sujeito institui discursivamente, através de sua formação imaginária, a língua (código), de que ele vai se servir para produzir os seus efeitos de sentido.

Na introdução do folheto, o autor se refere, em seis estrofes, à “bibliografia” de que se utilizou para contar os fatos. Nessas seis estrofes, ele produz a imagem de uma língua culta, ao servir-se de termos como *narrar, historiografia, bibliografia, louvar, atesta, indomável, se portou, altivez, registro, arrolado, exaltado, ponderado, sinistro, cruento, argumento, debulhando*. Entretanto, na sétima estrofe, quando conclui a introdução do folheto, aparecem em itálico as palavras *crúzeta, borná, mandinga*. Poderíamos aqui resolver o problema afirmando que se trata de um fenômeno de heterogeneidade mostrada, a citação de outro registro da língua. Só que, com tal afirmação, estaríamos esquecendo que tais palavras aparecem num texto que normalmente as utiliza, o folheto de cordel, portanto elas não seriam alteridade dentro deste discurso, pelo contrário as palavras cultas é que constituiriam um fenômeno de heterogeneidade, e por que elas não vêm aspeadas ou em itálico como as da variante regional? Porque, apesar de haver claramente, tanto num caso como no outro, o fenômeno de heterogeneidade mostrada, para o autor esse fenômeno não é tão importante quanto a língua que ele vai usar para “o episódio de trinta...narrar.” O seu problema é ter uma bibliografia culta de descrição dos fatos, documentando-os e uma forma regional (o folheto e a variedade lingüística nordestina) para tornar esses fatos mais próximos da realidade. É um problema de legitimação de língua, qual código o discurso autoriza? O que fica claro pela leitura completa do folheto é que, através da formação imaginária do autor (a leitura da bibliografia culta), a legitimação é dada ao código culto, que predomina em todas as estrofes, restando à variedade nordestina os efeitos de real.

7- CONCLUSÃO

Das reflexões efetuadas e dos fenômenos analisados, defendemos que o código não é neutro e nem pura ou simplesmente um sistema de valores interrelacionados, mas que já traz em si a potencialidade ideológica e imaginária dos discursos.

Devemos, portanto, nos perguntar: que língua ensinar? Aquele conjunto de normas gramaticais, que aparece em gramáticas pedagógicas e nos livros didáticos ou um conjunto de regras conseqüente da descrição pragmática da língua? Uma proposta pedagógica que inclua a reflexão sobre língua, enunciação e discurso atingirá mais rapidamente o que a escola tanto reclama: a leitura, a escrita e a desenvoltura no uso da língua.

Referências bibliográficas

- ALVES, Luiz. *História da Paraíba em verso*. Fortaleza: BNB, 1984.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- GADET, F. et HAK, T (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- NASCIMENTO, E. Linguagem natural e teoria da linguagem In *Alfa*. n.34, São Paulo: 1990.
- _____. *Proposta para um estudo lingüístico do discurso sobre a linguagem*. (mimeo), s/r.
- PESSOA, E. *João Pessoa - Aliança Liberal - Princesa*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1965.